



REQUERIMENTO Nº , **DE 2023**
(Da Dep Bia Kicis)

Solicita a convocação do Excelentíssimo Ministro da Educação, Camilo Santana, para prestar esclarecimentos acerca das questões da prova do Enem que tratam de maneira negativa o agronegócio e a propriedade privada.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, e 58, § 2º, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 32, XI, 'b', e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a convocação do Ministro da Educação, Camilo Santana, para prestar esclarecimentos acerca das questões da prova do Enem que tratam de maneira negativa o agronegócio e a propriedade privada e para explicar o uso de recurso público, por intermédio de um instrumento de avaliação de conhecimento, para a doutrinação ideológica dos quase 4 milhões de inscritos no referido exame.





JUSTIFICATIVA

Conforme noticiado na mídia, diversas questões inseridas na prova do Enem 2023 contém cunho ideológico e promovem desinformação ao citar o agronegócio e a propriedade privada de forma negativa.

Infelizmente o atual governo, em vez de se preocupar em educar, prefere doutrinar os jovens com informações falsas, sem qualquer base científica e com o único objetivo de tentar criminalizar a atividade agropecuária e a propriedade privada.

Diante dessa aberração, a Frente Parlamentar da Agropecuária publicou a seguinte nota:

1. Negacionismo científico contra um setor que, além de trazer a segurança alimentar ao Brasil e ao mundo, é massificação de mentiras. O setor agropecuário representa toda a diversidade da agricultura: pequenos, médios e grandes. Somos um só e não aceitaremos a divisão para estimular conflitos agrários;

2. É inacreditável o governo federal se utilizar de desinformação em prova aplicada para quase 4 milhões de alunos brasileiros que disputam uma vaga nas universidades do Brasil;

3. A anulação das questões é indiscutível, de acordo com literaturas científicas sobre a atividade agropecuária no Brasil e no mundo, em respeito à academia científica brasileira;

4. Este é o único país do globo em que o seu próprio governo federal propaga desinformação sobre a principal atividade econômica e de





**produção de riqueza, renda e empregos. A serviço dos brasileiros?
Vincular crimes à atividade legal é informação?;**

5. A ineficiência do Estado Brasileiro está exposta. A vinculação de crimes à atividade legais no Brasil é um critério de retórica política para encobrir a ausência do Estado no desenvolvimento de políticas públicas eficientes e de combate a ilegalidades. Não permitiremos que a desinformação seja propagada de forma criminosa entre nossa sociedade, como foi feito durante os anos anteriores do governo atual;

Diante desse absurdo promovido pelo atual governo, necessário que o ministro da Educação compareça à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para explicar o posicionamento do ministério em relação às referidas questões.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2023.

Deputada BIA KICIS
PL/DF

